

Desenvolvimento Humano em Marx: implicações para a educação e a natureza

Laura Cristina Vieira Pizzi

Resumo:

Este ensaio discutirá a noção de desenvolvimento humano e social em Marx, considerando os aspectos referentes à relação dos seres humanos com a natureza, à relação dos homens entre si e ao papel do trabalho e da sociedade industrial nestes processos. A partir destes tópicos centrais, serão problematizadas as contribuições e os limites da teoria marxiana a respeito do desenvolvimento humano e social frente aos problemas contemporâneos e suas implicações para a educação e a natureza.

Palavras-chave: desenvolvimento humano; desenvolvimento social; educação; natureza.

Abstract:

Human Development in Marx: implications for education and nature

This paper will discuss the Marx's notion of human and social development, considering the human relationship with the nature, the human relationship with other humans and the role of the work and the industrial society on these processes. From these central topics, it will discuss the contributions and limitations of the marxian theory of human and social development considering the contemporary challenges and the consequences for the education and the nature.

Key-words: human development; social development; education; nature.

“É uma coisa triste imaginar que a natureza fala mas a raça humana não escuta.”

Victor Hugo

O tema do desenvolvimento social, de uma maneira geral, recebeu pouca atenção nos anos 90 no Brasil, em grande parte em decorrência das políticas neoliberais adotadas durante toda a década, e que predominaram no debate nacional. Estas políticas tornaram-se o foco das atenções em todos os campos, inclusive no educacional. Mas o tema do desenvolvimento continua nas agendas de discussões, monopolizado pelos economistas e pelos organismos internacionais de financiamento, FMI e Banco Mundial principalmente, com destaque para a noção de desenvolvimento sustentável.

Para os países capitalistas periféricos ou “em desenvolvimento”, como o Brasil, o tema do desenvolvimento sempre foi problemático, e agrava-se ainda mais na medida em que a política neoliberal, predominante até então, não tem sido eficaz em promover o tão desejado desenvolvimento aliado à uma política de bem-estar social. O ajuste produtivo, organizacional e tecnológico, adotado pelas empresas locadas no país, vem gerando a dispensa de trabalhadores, aumentando os índices de desemprego e do trabalho precário. A privatização de empresas estatais fortalece estes dados negativos. Sem trabalho e sem uma política pública de proteção ao trabalhador, não há formas dignas de satisfação das necessidades e de desenvolvimento humano hoje.

Neste contexto social e econômico nada promissor a curto prazo, os temas do desenvolvimento social, econômico e humano voltam a ser uma grande preocupação. Desenvolvimento é uma palavra chave, uma vez que traz consigo várias promessas, principalmente de interesse social. Sem desenvolvimento, ou crescimento¹ econômico, afirmam os economistas das mais variadas correntes teóricas, não há mercado de trabalho, saúde, educação, moradia e outros bens fundamentais para uma vida decente aos brasileiros. E, mais recentemente, afirma-se que, sem crescimento, não há como pagar a dívida brasileira. A única solução, portanto, é promover cada vez mais crescimento ou desenvolvimento.

É possível observar, inequivocadamente, que o modelo neoliberal não tem sido capaz oferecer o mínimo de bem-estar social já conquistado pelo well-fare state nos países desenvolvidos, mas nunca plenamente conquistado entre nós, agravando a situação de pobreza e miséria no Brasil.

¹ Desenvolvimento e crescimento em geral são tratados como sinônimos na economia ortodoxa e se traduzem no conceito de Produto Interno Bruto *per capita* nacional.

Já na educação, o tema do desenvolvimento² humano integral (ou omnilateral) tem sido apresentado principalmente nas seguintes perspectivas: quando se pretende estudar o desenvolvimento cognitivo das crianças³; quando se pretende dar uma conotação ampla à educação, como uma prática social com uma abordagem do indivíduo e seu desenvolvimento ou formação/educação de caráter integral e quando se elabora uma proposta de educação que atenda a este caráter de integralidade.

Minha intenção, considerando os limites do artigo e a complexidade do tema, será levantar alguns aspectos que considero os mais importantes e, ao mesmo tempo, os mais problemáticos em Marx, em algumas de suas principais obras, em parceria de Engels, a respeito do tema do desenvolvimento humano integral e sua articulação com o desenvolvimento social.

A importância de Marx deve-se ao fato de que a sua teoria tem sido a principal referência para essa discussão no Brasil, em particular no campo educacional. Serão destacados alguns aspectos básicos, tais como a relação do homem com a natureza, a relação dos homens entre si, o papel da sociedade industrial e as implicações para a natureza e a educação, com a intenção de estimular o debate educacional sobre o assunto, apontando suas conseqüências para a educação e para a natureza. Entendo que estes aspectos já são bastante conhecidos; portanto, farei apenas uma breve introdução ao tema, como ponto de partida para o debate posterior.

1 - Desenvolvimento Humano e Social em Marx

Uma das características que mais chamam a atenção na obra de Marx é sua preocupação com o desenvolvimento humano e social. Para Marx, a articulação entre ambos era tamanha que o desenvolvimento de um implicava necessariamente no desenvolvimento do outro. E este processo pode ser desdobrado em duas dimensões básicas: na relação do homem com a natureza e na relação dos homens entre si.

É importante ressaltar que, para Marx, estas relações do homem com a natureza e entre si estão apoiadas nos meios de produção da existência humana, ou seja, estão centradas fundamentalmente no trabalho e nas forças produtivas. O que implica explicar o mundo humano como sendo uma construção puramente social e histórica. Neste processo, o papel do trabalho seria distinguir a esfera humana da esfera natural.

Durante o processo de transformação da natureza, iniciado através da

² Neste ensaio, o tema será abordado a partir do termo “desenvolvimento” e não do de “formação”, por considerar o mais adequado e para evitar confusões com o termo “educação”.

³ A abordagem cognitiva do desenvolvimento humano não fará parte deste ensaio.

intenção de satisfazer suas necessidades, o ser humano transforma a natureza e, ao mesmo tempo, transforma a si próprio. Este talvez seja o elemento mais marcante da ontologia marxiana centrada no trabalho.

Podemos observar, na sua obra, o caráter evolutivo do desenvolvimento humano e social completamente articulados, interdependentes e contraditórios. As mudanças provocadas na natureza provocam, ao mesmo tempo, mudanças no próprio ser humano, na medida em que desenvolve nele novas necessidades, apresenta novos problemas, assim como novas formas de solucioná-los, novas habilidades, novos conhecimentos e novos valores, num processo incessante. Marx buscou mostrar que os seres humanos não são iguais aos animais, bem como a sociedade construída por eles não é igual à natureza.

Outro aspecto importante na concepção marxiana de desenvolvimento humano e social é a sociedade capitalista. Para Marx, a sociedade capitalista fundada na propriedade privada dos meios e do produto da produção não é capaz de propiciar o desenvolvimento humano e social plenos. Para tanto, é necessário superar a sociedade de classes capitalista na construção da sociedade socialista, onde estas barreiras para o desenvolvimento pleno serão superadas. Este argumento contém elementos emancipadores difíceis de serem ignorados até hoje.

Através do trabalho, os seres humanos produzem bens necessários para além de suas necessidades individuais, através do excedente. A produção do excedente propicia o intercâmbio de mercadorias na sociedade, criando condições amplas de satisfação a um maior número de pessoas. Um dos fenômenos mais importantes neste processo de produzir mais do que o necessário para a reprodução do trabalhador individual é a divisão do trabalho, quase tão antiga quanto o próprio trabalho.

Uma consequência importante da divisão do trabalho na sociedade humana é a formação de diversos grupos originários da divisão do trabalho nos setores da economia, que necessitam agora viver em cooperação. Os seres humanos constroem um ambiente onde há uma crescente trama de relações coletivas e inter-pessoais e, em decorrência, passa a existir um elevado grau de dependência uns dos outros.

Quanto mais avançada a divisão do trabalho, mais predominam as relações dos homens entre si, em detrimento de sua relação com a natureza. A natureza vai se distanciando cada vez mais da vida cotidiana dos seres humanos, na medida em que vai sendo ativamente e intencionalmente transformada, adequada, moldada às suas necessidades.

A interação dos seres humanos passa a ser agora predominantemente com o ser social, a sociedade, construído através do trabalho e impulsionado pela divisão coletiva do trabalho. O aspecto mais importante desta

transformação causada pela divisão do trabalho é a relação dos homens entre si, num processo direto e indireto, voluntário ou involuntário, de cooperação.

Para Marx, a sociedade capitalista trouxe consigo alguns problemas e obstáculos ao desenvolvimento humano, como, por exemplo, o fato de que o desenvolvimento das forças produtivas não gera necessariamente o desenvolvimento das capacidades humanas dos homens que trabalham. Na verdade, o capitalismo provoca uma ruptura e um descompasso na articulação entre os processos de desenvolvimento humano e o desenvolvimento social.

Marx procurou demonstrar esse fato em “O Capital”, ao analisar o processo de degradação, exploração e submissão sofridos pelo homem na transformação e desenvolvimento das forças produtivas, partindo do trabalho artesanal até a grande indústria. O desenvolvimento das forças produtivas representou a desqualificação do trabalhador industrial e sua submissão total ao capital e à máquina, o que, de certa forma, representou o seu subdesenvolvimento.

O capitalismo também cria homens egoístas e competitivos, uma vez que esta é a exigência do mercado. Para Marx, relações humanas sem cooperação e solidariedade não propiciam desenvolvimento humano e social. Cooperação e solidariedade fazem parte, necessariamente, dos pilares que sustentam e promovem o desenvolvimento humano pleno.

Apesar de observar os danos produzidos ao trabalhador na indústria, Marx não concebia o desenvolvimento humano e social sem ela. Pelo contrário. Para ele, só a produção industrial e a tecnologia poderiam libertar o ser humano dos limites impostos pela natureza em direção ao seu desenvolvimento econômico-social pleno, na busca da satisfação universal de suas necessidades, numa sociedade de plena abundância, tarefa só possível através da indústria.

Marx via a indústria como uma possibilidade de melhorar o volume e a distribuição dos bens materiais e, conseqüentemente, diminuição da pobreza, apesar de considerar essa realidade impossível no capitalismo em decorrência da sociedade de classes em que está fundada. Sem produção suficiente, distribuição e consumo igualitários, não pode haver desenvolvimento humano. O capitalismo é o grande impedimento na trajetória de evolução universal dos seres humanos.

Finalmente, Marx acreditava na possibilidade de uma “riqueza universal” através do desenvolvimento da indústria e da tecnologia, que não visassem à produção do lucro, mas a satisfação plena e universal das necessidades humanas, única forma de produção capaz de produzir além das necessidades do trabalhador individual. O socialismo industrial

representaria a reconciliação entre desenvolvimento humano e desenvolvimento social e dos seres humanos entre si de forma plena.

2 - Implicações para a Natureza

Como Marx constatou apropriadamente, o homem sempre manteve uma relação dinâmica com a natureza, desde a domesticação dos animais e plantas ao uso do solo. Por séculos, esta relação se manteve mais ou menos equilibrada, na medida em que foi possível preservar tanto o meio ambiente quanto o próprio homem. Este equilíbrio, certamente, não ocorreu harmonicamente, mas manteve a natureza, o homem e a sociedade preservados e com um certo grau de prosperidade. A sociedade industrial quebra abruptamente este equilíbrio.

Quanto mais artificial⁴ o mundo humano, através do desenvolvimento da tecnologia e das forças produtivas industriais, mais dependentes os seres humanos se tornam dos recursos naturais e dos outros homens. Ao mesmo tempo, menos visível esta relação de dependência se torna aos seres humanos individualizados pela sociedade mercadológica e consumista. O contato humano com a natureza é cada vez menor, assim como a manipulação da natureza também cresce. Este processo tem sido levado às últimas conseqüências pela sociedade industrial moderna.

O pensamento iluminista, do qual Marx fez parte como um dos melhores e mais importantes pensadores, assumiu a sociedade industrial e o avanço tecnológico como forma de solucionar os problemas do desenvolvimento humano, econômico e social, tais como a pobreza. Este ainda é o discurso dominante hoje. Mas, como aponta Guimarães, a respeito dos iluministas, “todos eles compartilhavam um certo desdém por tudo que não viesse das mãos e mentes humanas. Todos eles retratavam a evolução como uma via ilimitada em direção ao progresso. E todos eles revelavam uma crença ilimitada na tecnologia.” (Guimarães, 1991:51).

O homem iluminista agora se sente também criador da “natureza”, cuja melhor representação é o desenvolvimento tecnológico. E podemos acrescentar que, para os iluministas, a natureza lhes parecia, de certa forma, inesgotável e sem limites para a manipulação do homem. Todos estes aspectos foram reforçados com descoberta do Mundo Novo e a Revolução Industrial.

A industrialização criou um novo padrão de produção e consumo que seduziu tanto capitalistas quanto socialistas do final do século XIX e início

⁴ Os seres humanos se destacam pela capacidade de criar de forma complexa um mundo “artificial” ao seu redor através do trabalho, e isso não é de todo negativo, até o momento em que sua ação põe em risco sua própria sobrevivência e a de outros seres. O próprio Marx reconheceu que os animais também são capazes de criar, num certo grau, um mundo “artificial” para sobreviver.

do século XX, e provocou de fato uma revolução nos padrões de vida humanos, em todas as esferas. Para o ecossistema, esta mudança também foi significativa:

A industrialização tem produzido uma reversão qualitativa no padrão de utilização de recursos. Até a Revolução Industrial aproximadamente 80 por cento de todas as coisas usadas pela humanidade vinham do reino animal, e 20 por cento do reino mineral. Agora as atividades industriais estão concentradas pesadamente em energia e materiais não-renováveis, tais como combustíveis fósseis e minérios. Tem havido também uma mudança no uso da base de recursos, do reprodutivo ao extrativo, ou, para tomar emprestado um jargão econômico, os seres humanos têm começado a esgotar seu capital ao invés de viver de seus juros. (Guimarães, 1991: 29)

E ainda, para os padrões de consumo, a industrialização propiciou o consumo em massa e, ao mesmo tempo, criou o consumo da futilidade. Dentro de um modelo desenvolvimentista desigual, o padrão de consumo é também desigual, como nota Guimarães, “o fato que importa é que existe um estilo de desenvolvimento onde opulência e desperdício para alguns supõem miséria e privação para outros (...) Uma criança norte-americana come seis vezes mais cereais que uma criança indiana, (...) o consumo militar de combustíveis fósseis dos países do Norte fica entre 700 e 750 milhões de barris ao ano, o que é o dobro do consumo anual de todos os países africanos” (1991: 55) só para ilustrar o tamanho da desigualdade. Além de existir uma imposição do estilo de consumo dos países desenvolvidos sobre os demais, com conseqüências destrutivas sobre os padrões de produção, consumo e as culturas locais e regionais.

Tais padrões de produção e consumo, por um lado, reproduzem a pobreza e, por outro, estressam os recursos naturais que tendem a gerar, não mais a abundância, mas a escassez, que irá inevitavelmente atingir a todos os seres humanos caso não haja mudanças nos rumos do desenvolvimento. Junto com a produção industrial e o consumo em massa, estão a produção volumosa de resíduos tóxicos, o lixo e o desperdício que o planeta não consegue absorver.

Mas Marx e Engels tinham preocupações com a preservação da natureza. Como afirma Vaillancourt (1996):

O que é ainda mais relevante para a ecologia, nos escritos de Marx e Engels, é a crítica dos custos sociais e ambientais da produção capitalista, e a conservação dos recursos, bem como a proteção da fauna e da flora. (...) Além disso, Marx e Engels são bastante “ecologistas” na forma em que conectam o fenômeno

sociopolítico e o ambiente – por exemplo, no seu tratamento franco sobre a destruição humana e natural punidas pelo capitalismo, e as marcas da avareza, dos empreendedores privados que pilham não somente a floresta, mas também o solo e o subsolo. Apesar de certos aspectos progressistas, o capitalismo, na sua visão, desumaniza o homem e perverte o mundo natural. É um sistema parasita e canibalista, que suga igualmente a vida dos homens e da natureza. (Vaillancourt, 1996:60)

Vaillancourt destaca as contribuições de Marx e Engels para a discussão em torno da natureza e complementa, buscando ao mesmo tempo ponderar a importância destas contribuições:

Na minha opinião, portanto, Marx e Engels têm muito a oferecer à ecologia e aos ecologistas contemporâneos, tanto quanto outros tantos pioneiros. Mas eu não acredito que se possa ir longe a ponto de dizer que a ecologia é um tipo de Marxismo, ou que Marx e Engels são os principais fundadores da ecologia. Eles devem ter seus lugares ao lado de outros predecessores, mas eles não são, estritamente falando, fundadores importantes da ecologia. (Vaillancourt, 1996: 61)

Apesar de apontar o lado negativo da destruição da natureza provocada pelo capitalismo, Marx e Engels permaneceram otimistas a respeito da tecnologia, do progresso econômico industrial, da abundância de recursos e de consumo, bem como da possibilidade de a população humana crescer e se desenvolver plenamente, sob o socialismo. De fato, pelo menos dois aspectos podem ser destacados nos trabalhos de Marx e Engels que são problemáticos e, de certa forma, incompatíveis com um pensamento ecológico mais crítico. O primeiro é a própria crença na sociedade industrial, o culto à ciência e à técnica como forma de promover o desenvolvimento econômico-social. O segundo é a forma como discutem o predomínio do homem sobre a natureza.

Para Marx, a natureza aparece como uma entidade passiva, manipulável ou mesmo passível de ser criada artificialmente, posta a serviço dos desejos e necessidades humanas. A natureza é reduzida à “matéria-prima”. O conceito marxiano de natureza é puramente utilitário e o ser humano é um ser distinto e superior a ela.

Esta noção aparece desde os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*.

A construção prática de um **mundo objectivo**, a **manipulação** da natureza inorgânica, é a confirmação do homem como ser genérico consciente, isto é, ser que considera a espécie como seu

próprio ser ou se tem a si como ser genérico. Sem dúvida, o animal[1] também produz. Faz um ninho, uma habitação, como as abelhas, os castores, as formigas, etc. Mas só produz o que é estritamente necessário para si ou para as suas crias; produz apenas numa só direção, ao passo que o homem produz universalmente; produz unicamente sob a dominação da necessidade física imediata, enquanto o homem produz quando se encontra livre da necessidade física e só produz verdadeiramente na liberdade de tal necessidade; o animal apenas se produz a si, ao passo que o homem reproduz toda a natureza; o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem é livre perante seu produto. O animal constrói apenas segundo o padrão e a necessidade da espécie a que pertence, ao passo que o homem sabe como produzir de acordo com o padrão de cada espécie e sabe como aplicar o padrão apropriado ao objecto; deste modo, o homem constrói também em conformidade com as leis da beleza.

É precisamente na acção sobre o mundo objectivo que o homem se manifesta como verdadeiro **ser genérico**. Tal produção é a sua vida genérica activa. Através dela, a natureza surge como a **sua** obra e a sua realidade. Por conseguinte, o objecto de trabalho é a **objectivação da vida genérica do homem**: ao não reproduzir-se apenas intelectualmente, como na consciência, mas activamente, ele duplica-se de modo real e intui o seu próprio reflexo num mundo por ele criado. (Marx, 1993: 165, grifos do autor)

É possível observar aqui alguns elementos importantes. O primeiro é o fato de Marx, em alguns momentos, não distinguir natureza de cultura humana. Em decorrência, deixa transparecer uma certa noção de que o homem não somente encontra-se plenamente integrado à natureza, mas também de que a natureza é definida como **obra sua**, pois ele é capaz de **reproduzi-la** através do seu trabalho. Mas não fica claro se o autor está falando da natureza ou da cultura resultante do trabalho humano.

Um outro elemento importante é a noção de superioridade do homem em relação à natureza através do carácter genérico do homem. Os seres humanos não estão presos às necessidades vitais de sua espécie, portanto são seres livres, ao contrário dos animais. E um último aspecto a ser destacado é quando Marx manifesta o carácter de manipulação da natureza pelo homem como um fato “natural”. Assim, a natureza é representada pelo autor como um ser passivo, limitado, sem consciência, preso à suas necessidades biológicas, preso ao seu meio natural e à sua mera reprodução.

Em *O Capital*, Marx vai detalhar melhor os conceitos e, neste momento, a natureza aparece de forma mais definida dentro de seu referencial explicativo, mas sem perder o carácter utilitário, de um objeto

sempre à disposição do trabalho racional humano.

No processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado. (...)

Considerando-se o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção, e o trabalho mesmo como trabalho produtivo. (Marx, 1988: 144)

E mais adiante acrescenta:

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (Marx, 1988: 146)

Esta forma de representar a natureza e o trabalho humano gerou afirmações em obras e autores marxistas importantes no campo educacional brasileiro, como estas:

Considerar o homem como fim implica tê-lo como sujeito e não como objeto no processo em que se busca a realização de objetivos. (...) ao relacionar-se com a natureza, o homem o faz como ser diferenciado dela, que a domina, modificando-a em seu benefício. Somente a partir deste domínio sobre o natural pode o homem produzir uma existência sobre a Terra, perpetuando-se como realidade que se destaca dela, ou seja, como realidade humana. Não haveria necessidade da palavra “humano” se o homem permanecesse indiferenciado da natureza, dominado pela necessidade própria a ela. É, pois, a partir de seu domínio sobre a natureza que o homem se faz, se torna humano. Reconhecer esta evidência, implica, conseqüentemente, reconhecer que as relações entre os homens não podem ser de dominação, sob pena de se perder sua característica humana, quer dizer, característica de seres diferenciados do mundo meramente natural. Se eu, diante da natureza, me reconheço homem pelo domínio que tenho sobre a mesma, ao deparar-me com meu semelhante, devo

obrigatoriamente reconhecer-lhe esta mesma condição. Se o domino, reduzo-o, nesta perspectiva, à condição meramente natural, ou seja, a um ser dominado como a natureza o é por mim. Toda vez, portanto, que se verifica uma dominação sobre o homem, degrada-se-lhe sua condição de humano para a condição de coisa, identificando-se-lhe, portanto, ao natural, ao não-humano. Esta é, portanto, uma propriedade fundamental da relação dos homens entre si que, para ser verdadeiramente humana, verdadeiramente destacada da necessidade natural, precisa ser de cooperação e não de dominação. (Paro, 1988: 25)

Paro busca, na oposição entre o homem e a natureza, uma justificativa para afirmar que o homem não pode ser dominado por outros homens sob pena de transformar-se em um ser não-humano, em um ser relegado à esfera natural, à qual não pertence e, portanto, em um ser degradado. Mas pode, sim, e **deve**, dominar a natureza. E mais, o homem somente se define enquanto tal na posição de *dominador da natureza*. Não pode ser dominado, mas deve dominar.

Palavras como estas, inspiradas claramente em Marx, ainda que o mesmo não as use de forma tão explícita, evidenciam um pensamento extremamente hierarquizante sobre a relação do homem com a natureza, causando constrangimento a muito poucos intelectuais (marxistas ou não) ainda hoje.

A proclamada necessidade de controlar a natureza está associada à industrialização da produção, como observa Marx: “a necessidade de controlar socialmente uma força natural, de administrá-la, começando por apropriá-la ou dominá-la mediante obras feitas pela mão do homem, desempenha papel decisivo na história da indústria”. (Marx, 1985: 109). A forma industrial capitalista de produção, por sua vez, gera a produção de riquezas e sua acumulação nas mãos dos capitalistas para além dos limites fixados pelos modos de produção anteriores. Uma das conseqüências mais graves para os trabalhadores é o seu próprio empobrecimento.

Ao mesmo tempo, para Marx, qualquer outra forma de produção anterior ao modelo industrial capitalista era considerada reacionária, em grande parte pela sua capacidade de produzir excedentes em níveis jamais vistos e pelo fato de transformar culturas conservadoras em sociedades industriais modernas, instaurando uma nova luta de classes. Conseqüentemente, apenas os trabalhadores modernos, o proletariado, poderiam formar a verdadeira classe revolucionária. (Marx, 1998)

Como afirma Coronil (1997:57), sobre Marx:

Sua concepção de progresso histórico assume uma trajetória definida pela união dialética entre capital e trabalho que

crescentemente desloca a natureza – assim como as classes sociais e as regiões do mundo identificadas com ela – do lugar central da história. Não apenas a burguesia e a classe trabalhadora mas também cidade e zona rural, proprietários de terra e camponeses, centros metropolitanos e periferia capitalista são definidos pelo papel designado na sua narrativa sobre o avanço da história. Seu valor sobre o envolvimento produtivo entre Monsieur le Capital com a Madame la Terre inconscientemente serve para confirmar representações dominantes do mundo polarizadas entre uma ordem masculina e criativa, que é a casa do capital nos centros metropolitanos, e o domínio feminizado e sujeitado, onde a natureza passivamente espera o abraço fértil do capital na periferia.

A negligência da natureza no pensamento Marxista está relacionada à identificação do capital e trabalho com atividade e a natureza com passividade. (Coronil, 1997: 57)

Em decorrência, temos um pensamento que reforça, ainda que sem a intenção declarada, a posição do homem e do capital como forças criativas, produtoras, criadoras de valor e dominadoras, do domínio do macho sobre a natureza, e esta, por sua vez, identificada com a força feminina, a fêmea passiva, meramente reprodutora, sem valor intrínseco, a não ser quando transformada pela produção, infinitamente fértil e generosa, pronta para satisfazer os desejos mais excêntricos do macho. Marx expressa esta desvalorização da natureza quando analisa a mercadoria no primeiro volume de *O Capital*. A natureza só faz sentido e só tem valor se for para servir ao homem, na forma de mercadoria, ou seja, natureza transformada pelo trabalho humano.

E nenhuma outra sociedade representou este modelo melhor que a sociedade industrial iluminista e seu apego à tecnologia. Todas as outras formas alternativas de sociedade transformaram-se em sociedades marginais, “não desenvolvidas” e passivas de serem “transformadas” em nome do progresso. Com isto, abriu-se espaço para a extinção, não só da natureza, mas também de organizações sociais não-industriais.

A combinação destes dois aspectos, a sociedade tecnológica industrial e a visão subalterna e instrumental da natureza, representada pela noção de “humanização da natureza”, torna a obra de Marx e seu projeto libertário centrado no mito do desenvolvimento ilimitado, uma referência no mínimo limitada frente aos dilemas ecológicos e sociais que os seres humanos contemporâneos terão de enfrentar desde agora, comprovadamente aprofundados pelas sociedades industriais, tanto as capitalistas quanto as socialistas contemporâneas.

Quanto ao aspecto metodológico, a dialética marxiana baseada na

contradição entre capital e trabalho, cuja solução seria o socialismo, também apresenta limites na forma de abordar o problema complexo do desenvolvimento humano e social, uma vez que exclui a natureza do centro das análises e também porque o chamado “socialismo real” tem se mostrado tão destruidor da natureza quanto o capitalismo.

Na verdade, ao invés de criativa, a sociedade industrial iluminista, seja capitalista ou socialista, e seus mitos tecnológicos, é um modelo destrutivo. Tem criado mais problemas do que é capaz de resolver. Está esgotando rapidamente recursos naturais renováveis e não-renováveis, causando destruição ecológica em grandes proporções já visíveis ao redor do planeta e destruindo organizações sociais que poderiam ser referências importantes a respeito da convivência do homem em equilíbrio com a natureza.

Ainda assim, Marx continua sendo um suporte importante nas discussões relacionadas ao acesso aos bens produzidos na sociedade, à privatização crescente dos bens de consumo, às crises recessivas e de escassez econômicas provocadas pela produção capitalista, à exploração humana e à submissão dos seres humanos às máquinas e às coisas, mas os limites teórico-metodológicos do marxismo hoje residem justamente na sua visão reducionista, manipuladora e utilitarista da natureza como um recurso, como um fator de produção e seu sonho de libertação associado ao desenvolvimento tecnológico industrial. Esta visão tem auxiliado de forma insuficiente na construção de uma sociedade alternativa que mantenha um certo equilíbrio entre seres humanos e natureza na preservação de ambos.

Marx não foi completamente capaz de perceber, ainda no seu tempo, que os ganhos do desenvolvimento social e humano ocorrem através das perdas da natureza, que a abundância da sociedade industrial e o consumo em massa gerarão, num futuro próximo, a escassez, não apenas para alguns segmentos excluídos, mas também em massa. Este problema ainda é um grande desafio tanto para o capitalismo quanto para o denominado socialismo real.

3 - Implicações para a Educação

Quanto à educação, num sentido amplo, em seu papel social de preservar, transmitir, criar e recriar conhecimentos, valores, identidades e relações sociais construídos por e para uma determinada cultura às futuras gerações, é preciso acrescentar alguns comentários.

Em primeiro lugar, é importante frisar que a educação é, sem dúvida, uma parte fundamental do processo de desenvolvimento humano, mas este não pode ser reduzido ou atribuído exclusivamente à educação ou formação.

Entre as contribuições de Marx na esfera educacional, a politecnia

tem sido a mais influente. A politecnicia é uma proposta de educação dos trabalhadores, defendida por Marx, como forma de atender as necessidades destes no contexto da indústria moderna capitalista de seu tempo, considerando o grau de articulação política em que se encontravam naquele momento. É importante destacar que Marx não via o trabalho artesanal com bons olhos e defendia uma educação politécnica voltada para o domínio da técnica e do conhecimento científico da indústria capitalista moderna, com possibilidade de ser também a educação da sociedade industrial socialista.

No Brasil, predomina um certo entendimento de que esta proposta marxista de escola, a Politecnicia, forma a omnilateralidade⁵, ou o desenvolvimento integral. Para Frigotto (1986), a omnilateralidade é a formação humana que se contrapõe ao reducionismo histórico, do homem unilateral, do “homo oeconomicus”, formado, educado e treinado para desenvolver traços funcionais para o mercado. A formação omnilateral, alternativa a este modelo, só pode ser oferecida pela escola unitária/politécnica. Politecnicia se define e se identifica com desenvolvimento integral.

Entendemos que Politecnicia precisa ser revista, antes de mais nada, no contexto da sociedade para a qual foi pensada no final do século XIX, a tecnológica industrial. Não basta que seja um projeto educacional voltado para os trabalhadores e alternativo ao taylorismo-fordismo ou à produção flexível, ainda que estes sejam aspectos muito importantes. A questão maior, hoje, e também a mais problemática, é a própria sociedade industrial moderna e seu projeto de desenvolvimento, gerador deste modelo de educação.

A sociedade industrial moderna tem demonstrado elevado poder de destruição da natureza e, portanto, de todos os seres vivos que necessitam dela. A validade de qualquer proposta educacional, inclusive a Politecnicia, que não considerar este aspecto está em xeque, por não perceber os problemas reais e atuais da humanidade e do planeta, provocados pela crise de sustentabilidade ecológica e social.

Desenvolvimento humano-social integral, pela sua amplitude e complexidade, não pode ser confundido ou identificado com formação/educação integral⁶, ainda que a educação seja uma parte significativa deste processo. Assim como também não pode ser reduzido e submetido à tecnologia e à economia, como querem os economistas neoliberais. O homem, como o próprio Marx afirmou, é síntese de múltiplas determinações, e não pode ser reduzido ao fenômeno econômico ou

⁵ Ver Frigotto (1986), J. Sousa Junior, entre outros.

⁶ Ver J. Sousa Junior.

educativo/formativo.

Em uma educação preocupada, de fato, com a formação ou o desenvolvimento integral dos seres humanos (bem como de todos os seres existentes no planeta), deveria ser prioridade, dentro das práticas escolares, o resgate do valor da natureza nas nossas vidas, mostrando como ainda continuamos ligados a ela, apesar das mediações culturais criadas pelos homens na sociedade.

Nos grandes centros urbanos, o contato com a natureza não existe mais de forma direta, não só por causa da poluição sonora e atmosférica, mas também em decorrência do agigantamento do mundo artificial e do aglomerado humano aí formado, elementos que dificultam a visibilidade do quanto dependemos dela para sobreviver e que nenhuma tecnologia pode substituí-la neste aspecto fundamental. Sem resgatarmos a natureza na vida prática cotidiana e nas discussões teóricas em geral, e na educação em particular, não há planeta viável para o ser humano e todos os seres presentes na natureza existirem, procriarem e completarem seu ciclo vital. Não há futuro, portanto.

4 - Considerações Finais: “Não há flores no mundo real”⁷

Se existe um consenso hoje quanto à natureza, é o fato de que ela não é inesgotável. Assim sendo, é o futuro do próprio homem que está em jogo. A crença nas soluções tecnológicas do homem moderno para resolver a crise ecológica atual, através das fábricas “limpas” e das tecnologias que não agridem nem poluem o meio ambiente, ou do “ecotrabalho” são certamente importantes. Como soluções isoladas, soam como pensamentos mágicos e ingênuos, próprios dos que ainda acreditam na supremacia do homem sobre todos os seres existentes na face da terra, sem perceber que nos tornamos os maiores predadores do topo da cadeia pela sobrevivência e cujo resultado terá consequências sérias para as futuras gerações.

A crença na tecnologia é a tônica atual do “Human Development Report” (HDR) das Nações Unidas. Segundo este relatório, o “investimento em tecnologia, como investimento em educação, pode equipar as pessoas com ferramentas melhores e torná-las mais produtivas e prósperas. Tecnologia é uma ferramenta, não apenas um prêmio, para o crescimento e o desenvolvimento” (HDR, 2001:1-2). A tecnologia é, até mesmo, indicada como remédio para a erradicação da pobreza no mundo, através da geração de tecnologias simples e baratas, que na verdade só contribuem para aumentar o fosso que separa ricos e pobres. Mas o relatório vai mais longe, pregando:

⁷ Filme Matrix (<http://whatisthematrix.warnerbros.com/>).

Mais ainda, avanços com suporte tecnológico em educação, nutrição, produção de grãos e emprego são, em geral, não apenas ganhos únicos. Eles têm tipicamente efeitos multiplicadores – criando um círculo virtuoso, aumentando o conhecimento das pessoas, saúde e produtividade, e aumentando os rendimentos e construindo a capacidade de inovações futuras – tudo isto realimentando o desenvolvimento humano. (HDR, 2001: 2)

Esta afirmação extremamente otimista desconsidera o lado perverso da tecnologia numa sociedade submissa às leis do mercado, onde os alimentos transgênicos são um dos exemplos abundantemente citados e um dos mais polêmicos. Este enfoque de desenvolvimento humano revela seus fundamentos na velha conhecida Teoria do Capital Humano, onde sempre estão presentes alguns ingredientes básicos, tais como mais e mais tecnologia, crescimento econômico, conhecimento, lucratividade, produção, educação (em particular a básica e a profissionalizante) e ganhos salariais. Um discurso muito sedutor, sem dúvida.

Agora estes ingredientes fazem parte, além de outros, dos indicadores que compõem o “grau” de desenvolvimento econômico de países e regiões, juntamente com o PIB per capita, no “ranking” mundial do progresso. O argumento principal é o seguinte: quanto maior o índice de desenvolvimento humano, maior o grau de liberdade e de escolha (seria mais adequado dizer “poder de compra”) dos indivíduos no mercado também livre⁸.

O HDR 2001 é claramente uma apologia à tecnologia como forma de promover o desenvolvimento humano e social, mas também como forma de resolver os problemas ecológicos criados pela sociedade industrial. Como afirma Shor (2001), a questão é mais complexa que o mero desenvolvimento de tecnologias limpas, pois envolve não somente uma mudança na forma de produzir, no tratamento dos detritos, mas também nos hábitos de consumo, principalmente nos países desenvolvidos. Shor cita o exemplo da Califórnia:

Na Califórnia no período de 1970-1990, o controle da emissão reduziu a poluição por carro em 85-90%. Mas o número de carros cresceu 50% e as milhas dirigidas por carro aumentaram 65%. Além disso, o progressivo aumento de milhagem por galão de gasolina tem sido corroído pelo aparecimento das SUV⁹ no mercado. Nos Estados Unidos, a média de caminhonetes leves (que inclui as SUV e as mini vans) colocam 16.800 libras de

⁸ O mercado livre é o único *locus* onde o ser humano é capaz de satisfazer suas necessidades (portanto, de ser feliz), segundo os economistas ortodoxos.

⁹ Sport Utility Vehicle (Veículos utilitário-esportivos).

CO2 na atmosfera, comparados com os 10.000 libras dos carros.
(Shor, 2001:9)

O enfoque de desenvolvimento humano adotado pelo HDR 2001 apresenta um vínculo extremamente otimista com a tecnologia e com o poder do mercado de solucionar as desigualdades sociais.

Na sociedade industrial, a tecnologia sempre será uma palavra-chave. E, como afirma Guimarães (1991), a tecnologia é uma área de extrema relevância para a ecologia, uma vez que determina os vínculos entre as atividades humanas e a natureza, bem como o padrão de utilização dos recursos naturais. Em última análise, reflete o seu grau de destruição dos mesmos, ainda que possa auxiliar também para minimizá-lo.

Marx, sem dúvida, aborda o tema de forma mais complexa, não restringindo o desenvolvimento humano e social ao avanço tecnológico apenas, além de apontar os aspectos que impedem os seres humanos de desenvolverem-se na sociedade de classes capitalista. Para Marx, só pode haver desenvolvimento humano e social quando liberdade significar mais que mera liberdade de escolha individual no mercado. Liberdade humana é uma conquista, porque é, acima de tudo, uma luta contra os obstáculos ao desenvolvimento pleno e igualitário, tanto humano quanto social, tanto individual quanto coletivo.

A importância atribuída à natureza neste processo precisa ser restabelecida e reorientada. Em decorrência, a direção do próprio desenvolvimento deve ser reorientada, para que seja “sustentável”¹⁰ de fato. A sociedade industrial não é mais uma referência positiva neste sentido. Para tanto, é preciso superar a concepção utilitária, patriarcal e subalterna da natureza presente neste tipo de sociedade, tal como é desenvolvida por Marx.

Ao mesmo tempo, é preciso discutir o mito da grandeza e da abundância dos recursos naturais nacionais e o mito desenvolvimentista brasileiro, que até então só conseguiram garantir um lugar periférico na economia capitalista mundial às custas de fiscalização e punição fracas do uso dos recursos naturais irregulares e predatórios, aliadas à desvalorização humilhante da sua força de trabalho e à ausência de uma política consistente voltada para a preservação dos recursos naturais e da biodiversidade brasileira. Muito mais importante que o desenvolvimento, hoje, é a distribuição igualitária da riqueza já existente, aliada à preservação.

Neste sentido, é urgente o restabelecimento de uma concepção de

¹⁰ A preocupação aqui deve recair predominantemente sobre os países desenvolvidos, campeões do desenvolvimento industrial predatório e insustentável, mas não apenas, pois países “em desenvolvimento”, como o Brasil, também têm um papel importante a desempenhar.

desenvolvimento humano/social reintegrados com a natureza, alternativo ao modelo industrial dominante hoje, que tenha como meta a distribuição igualitária dos escassos recursos naturais ainda existentes, que reconcilie dignidade e necessidades humanas (materiais, culturais, psicológicas e sociais), preservação da natureza e das diversas culturas, produção, segurança, solidariedade, paz, respeito, liberdade, cooperação e prosperidade para que todos¹¹ possam viver plenamente.

O desenvolvimento humano/social não pode ser descolado dos limites existentes na natureza, como imaginavam os iluministas. Para tanto, é preciso que seja retomada a discussão da ética ecológica. O que implica questionar não só a sociedade capitalista, mas a produção tecnológica industrial, e sua racionalidade, bem como todo o conjunto de instituições e relações sociais criadas neste contexto, que se desenvolvem às custas da dominação e da desigualdade entre os seres do planeta. Esta deve ser a referência que deve inspirar uma educação preocupada com a formação humana integral.

Segundo reportagem editada no *site* “Ambiente Global” a respeito do “Relatório Planeta Vivo 2002”, lançado recentemente em Genebra:

A humanidade está usando 20% a mais de recursos naturais do que o planeta é capaz de repor. Com isso, está avançando sobre os estoques naturais da Terra, comprometendo as gerações **atuais e futuras**. Se não aumentar a eficiência na produção de alimentos e bens de consumo, o que reduziria a demanda por recursos, poderá haver uma queda dramática na qualidade de vida e no produto da economia mundial a partir de **2030**. (Ambiente Global, 09/07/2002 - grifos meus)

Nosso destino, talvez, seja o que foi mostrado no filme *Matrix*: o ser humano não é um mamífero, mas sim um vírus, uma praga, que habita o planeta Terra. Um ser fadado a viver, ou vegetar, em uma “realidade virtual”, após ter destruído todo o ecossistema do planeta numa guerra. Será que teremos tamanha sorte de sobreviver, ainda que nossas necessidades e desejos sejam infinitamente satisfeitos meramente no plano virtual? Será que é isto o que nós, seres autodenominados “superiores” e racionais, temos como projeto e solução de sociedade humana desenvolvida, com e por seres humanos desenvolvidos plenamente? Seria uma grande e triste ironia.

Não desejo prever um final catastrófico para os seres humanos e o planeta Terra, pois acredito que ainda nos resta tempo suficiente para respondermos com um sonoro não. “*Bem-vindos ao mundo real*”¹².

¹¹ Não apenas para os seres humanos!

¹² Filme *Matrix*.

(Um agradecimento especial ao amigo Jarbas Santos Vieira pelos comentários preciosos feitos às primeiras versões deste ensaio. As idéias expostas aqui são de minha inteira responsabilidade.)

Referências

- AMBIENTE GLOBAL. *Relatório lançado hoje em Genebra prevê redução da qualidade de vida*. 18/07/2002. www.uol.com.br/ambiente/global
- CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e Natureza*. SP: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.
- CORAGGIO, José Luis. *Desenvolvimento Humano e Educação*. SP: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1996.
- CORONIL, Fernando. *The Magical State*. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.
- COURT, Thijs de la. *Beyond Brundtland*. New York: New Horizons Press, 1990.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A Produtividade da Escola Improdutiva*. SP: Cortez: Autores Associados, 1986.
- GUIMARÃES, Roberto. *The Ecopolitics of Development in the Third World*. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1991.
- HOGAN, D. J. & VIEIRA, P. F. (Orgs.) *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas, SP: Edit. UNICAMP, 1992.
- JUNIOR, Justino de S. Para um Conceito Marxiano de Educação. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, n.2, ago/dez. 1997.
- _____. Politecnia e Omnilateralidade em Marx. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, n. 5, jan/jun. 1999.
- LESSA, S. *Trabalho e Ser Social*. Maceió: EUFC/EDUFAL, 1997a.
- _____. Centralidade do Trabalho: qual centralidade? *Revista de Ciências Humanas*, v. 15, n. 22, Florianópolis, SC, ED UFSC, 2º sem. 1997b.
- MARX, K. *O Capital*. SP: Nova Cultural, 1988, vol. I.
- _____. *O Capital*. SP: Nova Cultural, 1985, vol. II.
- _____. *Manuscritos Económico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- _____. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. Espanha/México: Siglo XXI, 1989b, vol. I.
- _____. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. Espanha/México: Siglo XXI, 1989c, vol. II.
- _____. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. Espanha/México: 1988a, vol. III.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich e COUTINHO, Carlos N. *O Manifesto Comunista: 150 anos depois*. RJ: Contraponto: SP: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- PARO, Vitor H. *Administração Escolar: introdução crítica*. SP: Cortez: Autores Associados, 1988.

- PIZZI, Laura C. V. *Trabalho-Educação e Qualificação Profissional*. Maceió, AL: EDUFAL, 1997.
- _____. Magistério e Mulher: conflitos de uma (semi)profissão. *Revista Educação*. Maceió, Vol 7, dez.98/jul.99.
- _____. As Transformações Produtivas e os Desafios às Propostas Pedagógicas Progressistas nos Anos 90. Maceió, *Revista Educação*. n. 14, julho 2001.
- SHOR, Juliet. The Triple Imperative. *Berkeley Journal of Sociology*. Berkeley, vol. 25, 2001.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMM. *Human Development Report: Making New Technologies work for Human Development*. New York, Oxford: Oxford University Press, 2001.
- VAILLANCOURT, Jean-Guy. Marxism and Ecology: More Benedictine than Franciscan. In: BENTON, T. *The Greening of Marxism*. New York, London: The Guilford Press, 1996.
- VIEIRA, Liszt. Fragmentos de um Discurso Ecológico: Reflexões Críticas de Ecologia Política. (www.arvore.com.br/), 13/03/2002.

Laura Cristina Vieira Pizzi é doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999), com área de concentração em currículo. Desenvolveu estudos de pós-doutorado na School of Education University of California at Berkeley (2002). Atualmente é professora no Departamento de Administração e Planejamento Educacional do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, onde lidera o Grupo de Pesquisa (CNPq): "Educação, Diversidade Cultural e Desenvolvimento Sustentável". Recentemente publicou os artigos "Politecnicidade e Escola Unitária no Brasil: origens e trajetória política" e "Politecnicidade e escola unitária: qual a relação?", ambos na Revista Educação, de Maceió.

E-mail: pizzi@loqnl.ufal.br

Artigo recebido em agosto/2002